

ECODEVELOPMENT STRATEGIES FOR EXTRACTIVE RESERVES

(VERSÃO
APROVADA)

**A cooperative project between UNAMAZ/UNESCO
and the INSTITUTE FOR AMAZONIAN STUDIES**

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.

Os últimos dados sobre alteração na cobertura vegetal da região amazônica, anunciados pelo INPE/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, indicam uma taxa igual a 8.5% da floresta desmatada, até agosto de 1990, evidenciando uma redução de 36% sobre a taxa de 1988 e de 27% sobre 1989 (Gazeta Mercantil, 07.03.91). Mantidos os esforços governamentais de fiscalização e controle sobre atividades não sustentáveis na região, pode-se supor que esse índice ficara nesse patamar nos próximos anos. Na medida em que o desmatamento passa a ser controlado pelo Governo Brasileiro, a questão que precisa ser formulada e respondida, é de outra ordem: quais as alternativas para a floresta que está em pé? Como explorar os recursos florestais existentes e o potencial de riquezas distribuído em mais de 90% de seu território? Como incentivar atividades que possibilitem, ao mesmo tempo, melhores condições de vida e conservação dos recursos naturais.

As políticas implantadas na Amazônia, nas últimas décadas, resultaram da busca de soluções para problemas externos à região. No caso dos projetos de colonização, a Amazônia foi vista como espaço vazio e como forma de evitar a realização de uma reforma agrária no centro-sul. No caso dos projetos agropecuários e minerais, a Amazônia passou a ser entendida como fronteira de recursos para setores econômicos estabelecidos fora da região. As atividades implantadas nesse período desagregaram o ambiente e não aumentaram a renda regional.

Uma política de uso dos recursos naturais renováveis para a região amazônica deve ter essa perspectiva invertida e ser concebida em consonância com as prioridades regionais. Devem ser adotadas medidas estruturais como o zoneamento ecológico-econômico e políticas setoriais, econômicas e sociais, que permitam uma reconciliação entre o uso do potencial de recursos existentes e uma adequada distribuição de renda. Para isso, ao lado da restrição ao uso, através da criação de unidades de conservação, é preciso encontrar formas de promover, por meio de instrumentos institucionais adequados, a utilização dos recursos existentes. Não se trata de pensar a região amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso que, ao valorizarem os recursos naturais regionais, incentivem sua conservação.

Dentre as inúmeras alternativas de utilização dos recursos naturais renováveis da região amazônica, uma procura conciliar interesses de conservação com o desenvolvimento social. Trata-se da proposta de criação de Reservas

Extrativistas. Sem considerá-la como uma panacéia para os complexos problemas regionais, o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social.

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público; destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos naturais extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental brasileira, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, a proposta recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista, tendo sido criadas, sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), até 1989, 10 áreas, totalizando 889.548 hectares. A partir de 1989 passou a fazer parte do Programa Nacional de Meio Ambiente, tendo sido regulamentada através do Decreto Nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, com a denominação de Reserva Extrativista. Sob a responsabilidade do IBAMA foram criadas 4 áreas totalizando mais de 2 milhões de ha.

Dois são os resultados imediatos da criação de Reservas Extrativistas: a interrupção do desmatamento e a adoção de um sistema adequado e inovador de estabilidade na terra, qual seja, a concessão, pelo Estado, de direitos de uso sobre o território, para associações legalmente constituídas. Abre-se, ao mesmo tempo, novas perspectivas para o processamento e comercialização de produtos de origem florestal, com acréscimos na renda familiar regional.

Para que as Reservas Extrativistas possam ser consideradas como parte de uma política de uso dos recursos naturais renováveis na região amazônica, algumas considerações de ordem estrutural precisam ser feitas:

1. As Reservas Extrativistas não podem permanecer como áreas isoladas em um contexto regional regido por regras desenvolvimentistas tradicionais. Isso significa que os pressupostos que deram origem a esse conceito - uso sustentável dos recursos naturais e benefício social - precisam vir a fazer parte da política de desenvolvimento da região amazônica como um todo. No âmbito do zoneamento ecológico-econômico, em elaboração pelo Governo Brasileiro, as áreas com potencial extrativo, devem ser destinadas a polos de eco-desenvolvimento, nos quais seriam incentivadas atividades econômicas voltadas à agregação de valor aos produtos da economia tradicional.

2. A atual conjuntura econômica e política dos países do sul, especialmente do Brasil, em termos de valorização de iniciativas de desenvolvimento com conservação dos recursos naturais, apresenta um componente estratégico do ponto de vista da região amazônica: os novos mercados para produtos de origem sustentável. Estudo realizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos para a FAO (IEA, 1991) identificou, na literatura produzida no Brasil, mais de 100 plantas com utilidade econômica potencial. Existe capacidade técnica instalada, nos órgãos de pesquisa da região amazônica, para transformar essa potencialidade em produtos para o mercado. Agregar valor aos produtos considerados "menores" da floresta (resinas, óleos, frutos, gomas, amêndoas, plantas medicinais), respeitando os direitos de exploração sobre eles existentes, por parte de populações indígenas e regionais, pode significar um importante dinamizador da economia regional.

3. Independente de sua abrangência regional, as Reservas Extrativistas podem se constituir em unidades exemplares para projetos de manejo das florestas tropicais. Proposta visando o aumento do número de produtos extraídos da floresta, assim como o aumento da produtividade a níveis competitivos, mantendo o princípio do uso sustentável, pode se constituir em alternativa viável através das denominadas Ilhas de Alta Produtividade (Kageyama, 1991). Seriam áreas pequenas (1-2 ha) nas quais as culturas em extração, puras ou consorciadas, na forma de variedades melhoradas derivadas de populações locais, se constituiriam em uma continuação das populações naturais e poderiam influir no aumento de produtividade.

4. Também a contribuição das Reservas Extrativistas na conservação *in situ* de recursos genéticos vem sendo considerada por alguns autores. Eduardo Lleras, do Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN/EMBRAPA) considera essa modalidade de uso dos recursos como "reservatórios naturais de genes sob manejo limitado, e como tais, ... de grande interesse para conservação" (Leras, s/d). Também Kageyama, no artigo citado, considera que o uso não intensivo das florestas, com baixo nível de intervenção no ecossistema, existente nas Reservas Extrativistas, permite a compatibilização da exploração dos recursos florestais com a conservação dos recursos genéticos (Kageyama, 1991).

5. Medidas como as citadas, e outras, requerem uma alteração nos mecanismos institucionais que induzem ao desenvolvimento. Incentivos fiscais para atividades sustentáveis; mecanismos de financiamento para a industrialização de produtos oriundos das florestas tropicais ou da pequena produção; tecnologias que busquem a racionalização dos sistemas agro-industriais em termos de ocupação e meio ambiente; redirecionamento dos mercados para valorização de produtos de origem sustentável, são sugestões que podem compor uma nova estratégia de desenvolvimento para a região amazônica.

Um pressuposto essencial para implantar esse novo modelo de desenvolvimento na região amazônica é reunir, sob um mesmo teto, as diferentes pesquisas e os variados projetos aplicados, em andamento na região, compará-los entre si, avaliá-los segundo o potencial de generalização que apresentam e

desenvolver estratégias de ecodesenvolvimento que produzam novos efeitos sobre a dinâmica econômica e social regional.

Este projeto tem como objetivo tornar possível um primeiro nível de articulação inter-institucional, reunindo a experiência de instituições com contribuições diferenciadas porém complementares em torno de um objetivo comum: a definição de estratégias regionais de ecodesenvolvimento, tendo como referência preliminar as Reservas Extrativistas.

II. ESQUEMA OPERACIONAL DO PROJETO.

Para iniciar o desenvolvimento desta proposta, um conjunto de procedimentos devem ser desenvolvidos sob a responsabilidade do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS e da UNAMAZ-UNESCO:

1. Preparação de um documento inicial sobre os limites e as possibilidades das Reservas Extrativistas no contexto do desenvolvimento regional amazônico, mais abrangente do que os atualmente existentes, que permita uma primeira discussão conceitual e metodológica, a ser apresentado na conferência "Environmentally sound socio-economic development in the humid tropics", a ser realizada em Belém, em junho de 92.

(Responsabilidade do IEA).

2. Organização de uma primeira reunião de trabalho com instituições de pesquisa responsáveis por projetos aplicados na região amazônica, durante a Conferência de Belém.

(Responsabilidade do IEA).

3. Sistematização e avaliação crítica da documentação sobre o potencial das Reservas Extrativistas, com base nas informações volumosas e únicas acumuladas pelo IEA para subsidiar os desdobramentos futuros do projeto.

(Trabalho a ser financiado pela UNESCO).

4. Elaboração de um documento definindo estratégias de eco-desenvolvimento para as duas reservas escolhidas como projeto piloto, as Reservas Extrativistas do Amapá e de Rondonia.

(Responsabilidade do IEA).

5. Organização de um seminário regional, em 1992, para apreciação do documento e avaliação de pesquisadores e administradores/promotores do desenvolvimento regional, nas diferentes regiões amazônicas, com participação da UNAMAZ.

(Apoio financeiro da UNESCO).

6. Organização, em 1993, de um curso para capacitação para administradores de Reservas Extrativistas, com especialistas em matéria de gerenciamento de Reservas da Biosfera.

(Responsabilidade da UNESCO).

7. Implementação das estratégias de ecodesenvolvimento.
(Responsabilidade do IEA).

8. Assessoria técnica permanente do Prof. Ignacy Sachs, inclusive na busca de recursos adicionais para a fase 7, que sera desenvolvida nos proximos anos.
(Responsabilidade da UNESCO).

ORCAMENTO: em US\$

ITEM 3 - Sistematização da literatura:

Um profissional de nivel superior por oito
meses a US\$800 por mes, incluindo encargos
sociais 6,400

Um software apropriado para catalogação de
bibliografia 150

ITEM 4 - Seminario Regional:

Passagens, despesas de alimentação e
hospedagem, secretaria, para reunir
15 pessoas em Macapa ou Rondonia 10,000

Apoio administrativo e técnico ao
IEA para coordenar as atividades
do projeto 3,450

TOTAL 20,000

ARQ. UNESCO.PP5

PROJETO: ESTRATÉGIAS DE ECODESENVOLVIMENTO PARA RESERVAS EXTRATIVISTAS.
FONTE: UNESCO - PROGRAMA HOMEM E BIOSFERA

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO:

1. Sistematizar e avaliar criticamente a documentação sobre o potencial das Reservas Extrativistas, com base nas informações volumosas e únicas acumuladas pelo IEA para subsidiar os desdobramentos futuros do projeto.

Consultoria: Almerinda de Sales Guerreiro.

2. Preparar um documento inicial sobre os limites e as possibilidades das Reservas Extrativistas no contexto do desenvolvimento regional amazônico, mais abrangente do que os atualmente existentes, que permita uma primeira discussão conceitual e metodológica, a ser apresentado em um seminário especificamente organizado para esse fim.

Consultor a ser contratado.

3. Organizar um seminário regional, em 1993, para apreciação do documento e avaliação de pesquisadores e administradores/promotores do desenvolvimento regional, nas diferentes regiões amazônicas, com participação da UNAMAZ.

2. ORÇAMENTO:

1. Consultoria da documentalista: 25 horas semanais x 8 meses x	3,500
2. Consultoria para formação de um banco de dados	5,000
3. Consultoria para escrever o documento preliminar	1,500
SUB-TOTAL	10,000
4. Seminário regional	5,000
TOTAL GERAL	15,000

OBS: Para completar o processo falta uma consultoria para fazer as fichas catalográficas da documentação referente no objetivo 1 e uma consultoria para fazer as fichas dos documentos em inglês.

**PROJETO: ESTRATÉGIAS DE ECODESENVOLVIMENTO PARA
RESERVAS EXTRATIVISTAS.**

FONTE: UNESCO - PROGRAMA HOMEM E BIOSFERA

TERMO DE REFERÊNCIA:

CONSULTORA: ALMERINDA DE SALES GUERREIRO

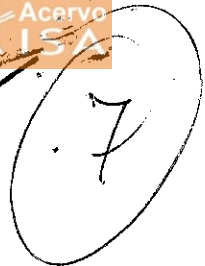
OBJETIVO 1: Sistematizar e avaliar criticamente a documentação sobre o potencial das Reservas Extrativistas, com base nas informações volumosas e únicas acumuladas pelo IEA para subsidiar os desdobramentos futuros do projeto.

PRAZO: Outubro de 1992 a maio de 1993

HORÁRIO: 25 horas semanais

METODOLOGIA:

1. Selecionar, nos arquivos, estantes, pastas, do IEA, todos os documentos relacionados com Reservas Extrativistas e organizá-los em arquivo específico para esse fim.
2. Fazer uma correspondência para os escritório do IEA solicitando uma listagem de documentos sobre Reservas Extrativistas produzidos no escritório ou recebidos de outra organização que não o IEA, para ser compatibilizada com a listagem produzida aqui e para solicitar documentos faltantes no IEA de Curitiba.
3. Fazer uma ficha de referência bibliográfica de cada documento para atualizar a listagem produzida no Seminário organizado pelo IEA em 1988.
4. Fazer um resumo técnico de cada documento indicando: título, autor, data, local, tipo de documento (texto, projeto, carta, ensaio, número de páginas, relatório, transcrição de fita, etc) e indicar, sinteticamente, o conteúdo principal do documento.
5. Arquivar por ordem alfabética de autor.
6. Depois de programado um banco de dados específico para este projeto, colocar as informações das fichas no computador.
7. Separar a documentação em inglês para procedimento semelhante.



ESTRATEGIAS DE ECODESENVOLVIMENTO PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Um projeto cooperativo entre a UNAMAZ/UNESCO Pro-Amazonia e o Instituto de Estudos Amazonicos

A criacao de reservas extrativistas e o primeiro passo para diminuir o desmatamento da floresta Amazonica e para proteger as populacoes locais. Esta conquista deve ser entendida como o ponto de partida para estrategias de eco-desenvolvimento que busquem uma forma mais intensa, dentro de uma utilizacao sustentada do meio ambiente, de padroes de uso dos recursos renovaveis, da melhora do nivel de vida das populacao local e da abertura para eles de novas perspectivas economicas, sociais, saude e progresso cultural.

O conceito de reservas de biofera e a experiencia conseguida no manejo de suas areas limites poderao fornecer uma orientacao de como andar nesta direcao. Ao mesmo tempo, e necessario analisar o futuro das reservas extrativistas e das reservas de biosfera tendo como perspectiva uma estrategia de desenvolvimento regional, explorando as ligacoes entre as reservas e os assentamentos humanos e outras atividades economicas.

O projeto deveria abranger os seguintes pontos:

- organizacao de pesquisa local, paralelamente estabelecendo um dialogo entre pesquisadores e a populacao consientizada (oposto aos padroes de extensao de cima para baixo);
- troca de experiencias entre reservas extrativistas e reservas de biofera e o treinamento de administradores e planejadores de desenvolvimento micro-regional, usando a experiencia da UNESCO no treinamento de administradores das reservas de biosfera;
- treinamento da populacao local atraves de metodos novos, como a operacao de eco-fazendas ou o treinamento de em centros de pesquisa, juntando desta forma pequenos agricultores, extensionistas e pesquisadores (O Centro Agricola de Tocantins e um bom exemplo de associacao entre estes atores);
- elaboracao de uma estrategia de desenvolvimento micro-regional examinando as seguintes questoes:
 - a) melhora da economia de substancia local atravez da integracao das eco-fazendas e sistemas agroflorestais;
 - b) criacao de oportunidades de mercado para produtos tradicionais e produtos novos da floresta e da agua (incluindo aqueles obtidos via fazendas de pesca e aquacultura);
 - c) criacao de condicoes para o processamento de produtos tradicionais e novos.

d) para isto, o estabelecimento do necessario suporte institucional visando um aumento na competitividade das economia local (acesso ao sistema financeiro, transporte, marketing, e cooperativismo);

e) melhora nos sistemas de saude e de educacao;

f) zoneamento ecologico e economico e uma nova organizacao a nivel regional.

O projeto visa melhora nosso conhecimento de politicas publicas capazes de orientar a Amazonia em direcao ao eco-desenvolvimento

um objetivo claramente reconhecido pelo Governo Brasileiro. Entretanto, a complexidade dos problemas envolvidos faz necessario iniciar com um numero limitado de reservas extrativistas para estabelecer um processo de interacao entre as configuracao das oportunidades e dificuldades provenientes da analise de campo e uma visao mais ampla provenientes das politicas publicas.

O projeto deve ser feito desde o comeco em uma forme de experiencia comparativa, e sugerido que comece com duas reservas extrativistas: uma no Amapa, aonde os graus de liberdade para mudar o futuro sao ainda muito grandes e em Rondonia, aonde existem muitas dificuldades.

Cooperacao internacional com outros paises da regio Amazonica e com paises Asiaticos e Africanos situados em ecossistemas de floresta tropical seria de grande ajuda. Por isso o trabalho se encaixa na rede UNAMAZ/UNESCO Pro-Amazonia.

ECODEVELOPMENT STRATEGIES FOR EXTRACTIVE RESERVES

(1ª. VERSÃO)

A cooperative project between UNAMAZ/UNESCO PROAMAZONIA
and the INSTITUTE FOR AMAZONIAN STUDIES

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.

Os últimos dados sobre alteração na cobertura vegetal da região amazônica, anunciados pelo INPE, indicam uma taxa igual a 8.5% da floresta desmatada, até agosto de 1990, evidenciando uma redução de 36% sobre a taxa de 1988 e de 27% sobre 1989 (Gazeta Mercantil, 07.03.91). Mantidos os esforços governamentais de fiscalização e controle sobre atividades não sustentáveis na região, pode-se supor que esse índice será mantido nos próximos anos. Na medida em que o desmatamento passa a ser controlado pelo Governo Brasileiro, a questão que precisa ser formulada e respondida, é de outra ordem: quais as alternativas para a floresta que está em pé? Como explorar os recursos florestais existentes e o potencial de riquezas distribuído em mais de 90% de seu território?

Até recentemente, pensar em uma política florestal para a região amazônica significava, por um lado, adotar tecnologias de manejo sustentado da madeira e, por outro, implantar unidades de conservação limitando e/ou ordenando o uso dos recursos. A dificuldade para executar essa política esteve sempre na fragilidade da estrutura de fiscalização e no conflito gerado, pelo próprio governo, ao incentivar atividades incompatíveis com a região.

As políticas implantadas na Amazônia, nas últimas décadas, resultaram da busca de soluções para problemas externos à região. No caso dos projetos de colonização, a Amazônia foi vista como espaço vazio e como forma de evitar a realização de uma reforma agrária no centro-sul. No caso dos projetos agropecuários e minerais, a Amazônia passou a ser entendida como fronteira de recursos para setores econômicos estabelecidos fora da

região. As atividades implantadas nesse período desagregaram o ambiente e não aumentaram a renda regional.

Uma política de uso dos recursos naturais renováveis para a região amazônica deve ter essa perspectiva invertida e ser concebida em consonância com as prioridades regionais. Devem ser adotadas medidas estruturais como o zoneamento ecológico-econômico e políticas setoriais, econômicas e sociais, que permitam uma reconciliação entre o uso do potencial de recursos existentes e uma adequada distribuição de renda. Para isso, ao lado da restrição ao uso, através da criação de unidades de conservação, é preciso encontrar formas de promover, por meio de instrumentos institucionais adequados, a utilização dos recursos

existentes. Não se trata de pensar a região amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso que, ao valorizarem os recursos naturais regionais, incentivem sua conservação.

Dentre as inúmeras alternativas de utilização dos recursos naturais renováveis da região amazônica, uma procura conciliar interesses de conservação com o desenvolvimento social. Trata-se da proposta de criação de Reservas Extrativistas. Sem considerá-la como uma panacéia para os complexos problemas regionais, o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social.

O extrativismo tem sido associado, historicamente, a uma idéia evolucionista da sociedade: é uma atividade representativa do passado da humanidade, tendente ao desaparecimento, ao ser substituída pela agricultura, assim como a caça precedeu a criação de animais. Essa evolução somente tem comparação, na história, com a que ocorreu posteriormente, quando o homem passou a ser capaz de produzir substitutos sintéticos de produtos antes encontrados somente na natureza. Ou seja, a humanidade saiu do estágio de coleta, extração e caça, para a agricultura, a domesticação de plantas e animais e para a industrialização com base em matérias-primas sintéticas. Portanto, o extrativismo pertence a uma etapa da humanidade caracterizada por baixa densidade demográfica, baixo padrão tecnológico, etapa superada do desenvolvimento humano.

Outra noção associada ao extrativismo e relacionada com os diferentes períodos da economia brasileira, é a de uma atividade essencialmente predatória, pelo fato de levar ao esgotamento dos recursos naturais, uma vez que não é acompanhada da reposição de estoques. Do Brasil Colônia aos anos contemporâneos, indo da extinção do pau-brasil e do pinheiro ao mogno, a extração tem sido criticada em favor da silvicultura.

Do ponto de vista das relações sociais, também o extrativismo é criticado. Na expressão de Celso Furtado, compara-se com 'a forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução' (Furtado, C. 1967). É uma atividade baseada no escambo, acompanhada de relações sociais injustas e de sistemas de comercialização que não trazem ao extrator uma remuneração minimamente aceitável pelo fato de não controlarem nem os recursos, nem os mercados (May, P. in IDESP, 1989). Para Bunker, 'a perda de energia e matéria resultante da economia extrativa e a consequente desarticulação dos sistemas humanos e bióticos naturais...simplificam cada vez mais, tanto a organização social, quanto o meio ambiente natural (Bunker, S.G., 1985, in Sternberg, H.O., 1987).

Sendo essa visão predominante na literatura sobre a Amazônia até as últimas décadas, causou grande impacto a idéia surgida durante o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros, em 1985, de criação de Reservas Extrativistas

como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a região (ENS, 1985). Desde então, ao mesmo tempo em que o conceito foi tratado por uma considerável bibliografia (Sawyer, D., Montanari, R.V., Abers, R., 1989) um conjunto de equívocos ainda permanece.

Para considerar as Reservas Extrativistas como uma das alternativas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis na Amazônia, é fundamental delimitar em que sentido se pode falar de extrativismo e de sustentabilidade.

A primeira classificação básica e consensual, refere-se à tipologia apresentada por Homma ao identificar dois tipos de extrativismo: o de coleta e o de aniquilamento. "No caso de coleta, a integridade da planta-matriz geradora do recurso é mantida intacta e desde que a taxa de recuperação cubra a taxa de degradação, essa forma de extrativismo asseguraria uma extração ad infinitum" (Homma, A. in IDESP, 1989:39). Os exemplos típicos desse tipo de extrativismo são o da seringueira e da castanha-do-pará. No extrativismo de aniquilamento, é o contrário. Há a destruição da planta matriz, objeto de interesse econômico. São exemplos clássicos a extração de madeira, de essências como do pau-rosa e de palmito (Homma, A. 1990).

Segundo este autor, existem fatores de ordem endógena e exógena que caracterizam a fragilidade da economia extrativa impossibilitando que seja considerada, apesar de baseada em recursos naturais renováveis, como modelo viável de desenvolvimento para a região amazônica. Os limites intrínsecos podem ser assim sintetizados: a oferta de recursos é fixa e determinada pela natureza; os melhores recursos são extraídos em determinada área espacial e num horizonte de curto prazo. A rigidez da oferta e a redução das fontes de recursos, levam à elevação dos preços até atingir um ponto em que a oferta passa a ser inelástica, os preços atingem níveis elevados que estimulam a domesticação e o cultivo, o abandono, a substituição por outras atividades ou a descoberta de substitutos sintéticos.

O exemplo clássico desse ciclo da economia extrativa tem sido a borracha. Desde a descoberta de suas utilidades industriais, no final do século passado, a borracha nativa da Amazônia passou por todas as etapas. A oferta exclusiva da região de origem, levou ao monopólio da exportação, à elevação dos preços e irregularidade do abastecimento, produzindo, em menos de 10 anos, o surgimento do cultivo da seringueira. A crescente importância econômica da planta como matéria-prima deu origem ao substituto sintético. O mesmo pode ser dito de inúmeras outras plantas nativas da região amazônica (Homma, A. 1990).

Além destes fatores outros, de natureza exógena à atividade em si, estabelecem limites ao extrativismo: a não-observância aos requisitos mínimos para promover a regeneração adequada dos estoques de recursos extrativos, a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional, são as causas apontadas por Homma para a destruição dos estoques extrativos (Idem, 1990).

Os pressupostos da análise de Homma do extrativismo estão assentados nos conceitos da economia convencional, ou seja, a ótica do produto e do mercado, da oferta e da demanda, do vendedor e do comprador, considerados como atores racionais, isolados de contextos políticos e sociais que condicionam e determinam variações essenciais nos padrões da economia. O exemplo da borracha é significativo. Apesar do substituto cultivado ter surgido nas primeiras décadas deste século e superado, em volume, a produção extrativa em 1912, reduzindo acentuadamente os preços, a borracha da Amazônia continua até hoje sendo colocada no mercado nacional, em decorrência de uma política econômica que a considera produto estratégico para o país. Foi uma outra política, de incentivo ao cultivo de seringueiras fora da região amazônica, surgida nos anos 80 (PROBOR) que equilibrou, em 1991, portanto 100 anos após, o volume de extração com o de cultivo a nível nacional (CNS, UNI, IEA, 1991).

O mesmo pode ser dito em relação às atividades agropecuárias e industriais na região amazônica: foi uma política deliberada de incentivos fiscais que tornou atrativa, do ponto de vista econômico, a instalação de indústrias naquela região, independente da distância frente aos mercados ou da desqualificação da mão-de-obra local; foi também uma política de incentivos que tornou "viável" economicamente a agropecuária (Hecht, S. e Schwartzman, S. 1988; Browder, J. 1988).

Somente é possível considerar o extrativismo amazônico sob outra ótica, quando se leva em consideração dois aspectos: um conjunto novo de conceitos econômicos e os dados sobre a dinâmica sócio-econômica regional.

Quando analisado segundo a ótica da economia dos recursos naturais, ou da chamada "Ecological Economics" e em acordo com o conceito de sustentabilidade, os parâmetros de análise do extrativismo amazônico são outros. Entende-se aqui, por sustentabilidade, o nível de utilização de recursos que permita a manutenção de atividades indefinidamente, sem degradar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural (entendido como a estrutura do solo e da atmosfera, plantas e biomassa que, no conjunto, formam a base de todos os ecossistemas) (Costanza, 1991).

Quando se fala em economia extrativa, nas florestas tropicais úmidas, estamos nos referindo ao capital natural representado pelo conjunto dos recursos biológicos em sua diversidade típica, assim como aos serviços ambientais prestados por esses ecossistemas (regulação de secas e inundações, controle da erosão dos solos e da sedimentação dos leitos fluviais, estabilização do clima, imposição de barreiras contra danos ocasionados por intempéries, recarga das águas freáticas, purificação do ar e das águas ao atuar como depósito de anidrido carbônico) (Ashton, P. e Panayotou, T., 1988).

Mais que isso, no caso da maior parte das florestas tropicais do mundo fala-se, também, na base de sustentação econômica de contingentes populacionais significativos: populações indígenas e tribais (cerca de 50 milhões

de pessoas) e segmentos da população rural (cerca de 150 milhões) que dependem de recursos da floresta para sobreviver (World Rainforest Movement, 1990). Deve-se agregar a estas variáveis, o estoque genético que representam, cujo valor é incalculável até o momento.

Do ponto de vista da Economia Ecológica, o valor econômico de um produto está diretamente relacionado com o custo que tem a sua produção; e este custo é, em última instância, uma função decorrente da forma como estes produtos estão organizados em relação ao meio ambiente. Por exemplo: a quantidade de energia solar requerida para as florestas crescerem, pode servir como uma medida para a avaliação do seu valor em um sistema econômico. A tecnologia, nesse raciocínio, não necessariamente significa um fator limitante ao desenvolvimento. Ao contrário, é o capital natural remanescente que imporá limites e determinará o tipo de tecnologia necessária ao desenvolvimento. Assim, por exemplo, não é a tecnologia que vai determinar as possibilidades de extração de madeira, mas sim o valor atribuído ao volume de floresta remanescente (Costanza, 1991).

É dentro desses parâmetros conceituais que faz sentido o termo economia extrativista, entendido como o conjunto de riquezas materiais existentes em estado natural, que permitem a sobrevivência humana em ecossistemas peculiares, nos quais os recursos naturais são vistos como recursos produtivos, ou seja, como capital. O valor dos produtos que existem nestas áreas decorre, não somente de seu potencial de mercado, de sua oferta em relação à demanda, mas do conjunto das funções desempenhadas na manutenção dos sistemas básicos de suporte para a vida humana.

A proposta de implantação de Reservas Extrativistas (RE) na Amazônia tem provocado inúmeras polêmicas, em reuniões nacionais e internacionais, nos últimos anos. As principais críticas podem ser sintetizadas nos seguintes argumentos:

1. O extrativismo é uma atividade econômica decadente na Amazônia, as populações que vivem desses recursos são pobres e exploradas, e a proposta de RE, portanto, produziria uma situação generalizada de atraso para a região.
2. A Amazônia precisa ser desenvolvida e o modelo das RE visa transformar toda a floresta em uma grande área reservada unicamente para a proteção ambiental.
3. A borracha é um produto subsidiado pelo governo brasileiro, portanto, o modelo das RE somente seria viável à semelhança daquele ao qual surgiu como alternativa, o da agropecuária, também viabilizado com incentivos oficiais.
4. A maior parte da população amazônica sobrevive de atividades agrícolas de pequena escala, com acentuado caráter predatório, e a prioridade seria, portanto, modificar as tecnologias utilizadas por este segmento social, e não privilegiar o extrativista que não tem representatividade regional. Nesse sentido, não se poderia pensar a RE como uma alternativa aos desmatamentos na Amazônia.

5. A garantia, pelo governo, de amplas áreas para populações extrativistas, resultaria em uma espécie de grupo social privilegiado, dentro da estrutura econômica regional, marcada por grandes carências.

6. As RE não são viáveis economicamente, ou porquê as atividades que predominam nas áreas de economia extrativista dependem de subsídios governamentais, ou porquê estão voltadas para mercados locais, restritos e oscilantes.

7. As RE não constituem alternativa à conservação de recursos naturais ameaçados e ecossistemas frágeis, porque estão sustentadas em demandas sociais, baseadas na organização de grupos locais, e não em movimentos de caráter conservacionista.

Se, ao invés de terem sido denominadas de "extrativistas", as reservas tivessem recebido o título de "reservas de desenvolvimento sustentado" ou "reservas de ecodesenvolvimento", certamente grande parte dessa polêmica não existiria, uma vez que todos os argumentos até hoje apresentados contra essa proposta, estão afetos aos problemas existentes com a economia extrativa, pressupondo-se, sempre, que as RE visam congelar, permanecer e/ou incentivar o extrativismo como única e principal atividade econômica sustentável na Amazônia.

É falso esse argumento. O extrativismo, com todos os seus vícios e limites, é uma realidade, hoje, na Amazônia, simplesmente porque ele é o recurso econômico disponível e utilizado pela maior parte das pessoas que vivem dentro da floresta amazônica. Qualquer planejador que tivesse como objetivo o desenvolvimento sustentável da região teria que, necessariamente, iniciar um processo de mudança na região, considerando as bases atuais da economia regional, sua potencialidade, seus limites e possibilidades. Nunca foi objetivo da proposta de RE o congelamento das atividades econômicas em torno do extrativismo tal como ele é explorado hoje na Amazônia. E nem a realidade amazônica para a qual esta proposta foi formulada, está exclusivamente assentada na economia extrativista.

As críticas sinteticamente apresentadas aqui tem como pressuposto o modelo extrativista clássico que predominou na região no começo do século quando havia preço e mercado para produtos como a borracha. O modelo que serviu de base para a proposta de RE, no entanto, está assentado nas transformações surgidas na região após a segunda guerra.

Apesar da grande diversidade de formas de utilização dos recursos extrativos na região amazônica, é necessário apontar para uma característica comum no que se refere a esse tipo de economia: o extrativismo está sempre, em maior ou menor grau, associado com a agricultura de subsistência e a criação doméstica de animais, inclusive gado. Somente é encontrável o extrativismo puro nos lugares mais inacessíveis da região, naquelas áreas sob controle dos tradicionais seringalistas. Mesmo assim, nas últimas décadas, não tem sido possível, mesmo para estes, manter a exclusividade da mão de obra, em atividades de extração, como foi o modelo clássico.

Isso significa que a base sobre a qual vem se dando o debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, dentro da qual a proposta de RE é a mais

desenvolvida, implica, sempre, na combinação entre atividades extrativas, agrícolas e criatórias, que podem variar desde situações nas quais o extrativismo é a atividade predominante e as demais são subordinadas (caso da Amazônia Ocidental, especialmente do Acre) e situações inversas, onde a agricultura predomina, juntamente ou não com a criação doméstica de animais, e o extrativismo exerce papel secundário (caso da Amazônia Oriental). O Estado do Amazonas é um exemplo ilustrativo: a depender da região, do período do ano, uma enorme variedade de produtos extrativos complementa a renda familiar, nas mais variadas situações. Mas sempre acompanhados de atividades agrícolas permanentes, na várzea ou na terra firme.

Ou seja, o qualificativo "extrativista" exerce uma espécie de "camisa de força" em duas direções: frente à realidade amazônica que é mais múltipla do que o nome pretende expressar; e frente ao debate teórico que a proposta vem produzindo. Se for feita uma análise rigorosa dos documentos produzidos desde 1985, quando o conceito surgiu pela primeira vez até hoje, seja aqueles produzidos pelo CNS ou pelo IEA, em nenhum momento deixa-se de considerar a importância das demais atividades atualmente existentes, e daquelas que poderiam vir a ser utilizadas no futuro.

Desse ponto de vista, as críticas arroladas no início, referentes à viabilidade econômica do extrativismo ou à sua representatividade social, não somente constituem preocupação daqueles que originalmente assessoraram na concepção da proposta, como, principalmente, dos líderes do movimento dos seringueiros. Seria grande ingenuidade supor que se pudesse falar de desenvolvimento sustentável para a Amazônia sem considerar o extrativismo em sua inserção no conjunto da economia regional. O fato dessa proposta referir-se a uma parcela pequena ou restrita da população regional em nada invalida sua importância. Ao contrário, foi exatamente após seu surgimento que o debate em torno da sustentabilidade de outras atividades econômicas (agricultura comercial e pecuária) se intensificou na região. Não há dúvida quanto à necessidade de extrapolar, para a pequena agricultura, vantagens econômicas e tecnológicas que advenham do extrativismo. Se as RE puderem produzir esse resultado, já cumpriram um de seus papéis, o de questionar a economia que se pretendia generalizar para a região amazônica nas últimas décadas, em nada fundamentada no potencial que a própria região apresenta.

Portanto, a leitura que vem sendo feita por alguns autores com relação às RE é limitada, restritiva e, até preconceituosa, quando, por exemplo, questiona o possível elitismo que a criação de áreas reservadas poderia gerar na região. Não existe, no Brasil e, talvez, em nenhuma outra parte do mundo, um grupo social que tenha contribuído em tão grande escala com o desenvolvimento regional, durante décadas seguidas, como foi o caso dos produtores de borracha, desde o final do século passado até hoje, sem terem recebido nada, em troca. É essencial, portanto, entender, que a RE é uma resposta, em primeiro lugar, a essa situação histórica, com diferentes projeções possíveis para o futuro, e não um conceito "congelado" como alguns autores têm apresentado.

Mas para que essa análise adquira a profundidade que merece, é importante recuperar o contexto dentro do qual a denominação "extrativista" surgiu e as razões pelas quais foi adotada.

A denominação Reserva Extrativista resultou da tradução quase literal da realidade indígena para a dos seringueiros, substituindo o qualificativo da primeira, pela característica da atividade econômica principal do grupo social que vive do extrativismo. A similaridade está presente na forma de ordenamento espacial e também na atribuição de competências ao Estado, como detentor da propriedade das áreas. A outra vertente inspiradora da RE são as áreas de conservação, também de propriedade do poder público e com funções de conservação ou preservação do patrimônio natural da sociedade.

Na época em que o conceito foi formulado, muito se discutiu a respeito da necessidade de ser criada uma nova figura legal quando já existia uma unidade de conservação - a Floresta Nacional - com definição similar, ou seja, com a possibilidade de nestes espaços poderem ser desenvolvidas atividades de exploração econômica, sob determinadas restrições, critérios e regulamentos.

A contestação à similaridade entre o que queriam os seringueiros e a Floresta Nacional é da mesma ordem da distinção que existe entre as áreas indígenas e as áreas de conservação: a questão dos direitos históricos (no caso dos seringueiros) e de precedência (no caso dos indígenas), sobre espaços do território nacional. Ou seja, em princípio, todos os grupos indígenas possuem práticas conservacionistas, o que aproxima mas não inclui suas áreas na mesma categoria das de conservação. Porquê as práticas de uso dos recursos naturais fazem parte de um sistema cultural e social próprio que os distingue da nossa sociedade, formando uma outra, específica, baseada em territórios que se equivalem a nações dentro de uma outra nação. Também os seringueiros aspiravam áreas nas quais pudessem continuar desenvolvendo suas atividades, de caráter sustentável, mas assegurando, ao mesmo tempo, seus direitos de posse, o que não se enquadra no conceito de Floresta Nacional, cujos recursos qualquer pessoa ou empresa pode explorar economicamente.

Assim, embora possa se dizer que as Reservas Extrativistas são áreas de conservação, elas se distiguem, em essência, das demais, pelo fato de reconhecerem direitos de posse sobre áreas ocupadas; e se aproximam, ao definirem o Estado como proprietário permanente destas áreas e estabelecerem critérios de exploração que devem ser seguidos por todos.

Mas, fundamentalmente, o que as RE buscam atingir, em seu propósito essencial, é o benefício social para populações que já habitam estas áreas e a proteção da floresta pelo fato de ser este um requisito fundamental à sobrevivência destes grupos sociais. Por acréscimo e, em decorrência do tipo de atividade ali desenvolvida, as RE prestam um grande serviço à proteção da floresta como um todo e poderiam justificar sua existência, única e

exclusivamente, em razão do benefício que prestam ao país e à humanidade, em função disso.

A questão, portanto, da viabilidade econômica destas áreas, não pode ser analisada isoladamente do contexto econômico geral do país. É claro que, se não forem priorizadas pesquisas, se não forem acompanhadas de outras políticas de caráter regional, se os mesmo parâmetros de sustentabilidade não se estenderem para outras atividades produtivas na região, as RE deixarão de cumprir um papel potencial que apresentam de geração de renda e emprego, não somente dentro, mas também fora da floresta, através da industrialização local dos produtos regionais. Mas, mesmo assim, não deixarão de atender aos objetivos centrais para os quais foram delineadas: sociais e fundiários.

É preciso distinguir, com bastante clareza, funções que passaram a ser atribuídas às RE, por outros segmentos da sociedade, nacional e internacional, à revelia de seus autores, e por determinantes externos à Amazônia. A "histeria extrativista" que passou a tomar conta do debate sobre a Amazônia em vários auditórios dos países do primeiro mundo, segundo vários intelectuais brasileiros, é de responsabilidade do primeiro mundo pois, para justificar a ausência de bons argumentos para a questão ambiental em seus próprios países, ou a ausência de propostas, ali formuladas, para serem sugeridas aos países detentores das florestas tropicais, transformaram a RE na grande panacéia do final do século.

Mas os elementos que fascinaram os ambientalistas dos países ricos, são os mesmos que, na devida dimensão, e com a adequada racionalidade, constituem o grande "charme" desta proposta: não foi formulada em gabinetes tecnocráticos, não foi formulada por "intelectuais" para beneficiar o "povo", delimita de forma criativa o papel do Estado e o da sociedade civil, e incita a imaginação dos mais ortodoxos especialistas, principalmente porque, desde que foi aberto o debate sobre as alternativas ao desmatamento das florestas tropicais, não surgiu outra proposta que, de forma tão contundente, expressasse o conjunto de parâmetros necessários para se estabelecer a conciliação entre desenvolvimento e conservação na definição de uma política para a Amazônia.

Para que as Reservas Extrativistas possam ser consideradas como parte de uma política de uso dos recursos naturais renováveis na região amazônica, algumas considerações de ordem estrutural precisam ser feitas:

1. As Reservas Extrativistas não podem permanecer como áreas isoladas em um contexto regional regido por regras desenvolvimentistas tradicionais. Isso significa que os pressupostos que deram origem a esse conceito - uso sustentável dos recursos naturais e benefício social - precisam vir a fazer parte da política de desenvolvimento da região amazônica como um todo. Nesse caso, e no âmbito do zoneamento ecológico-econômico, aquelas áreas identificadas com potencial extrativo, devem ser destinadas a polos de eco-desenvolvimento, nos quais seriam

incentivadas atividades econômicas voltadas à agregação de valor aos produtos da economia tradicional.

2. A atual conjuntura econômica e política dos países do sul, especialmente do Brasil, em termos de valorização de iniciativas de desenvolvimento com conservação dos recursos naturais, apresenta um componente estratégico do ponto de vista da região amazônica: os novos mercados para produtos "verdes", cuja renda potencial é avaliada em cerca de 1 bilhão de dólares/ano (Clay, J. 1990). Estudo realizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos para a FAD (IEA, 1991) identificou, na literatura, mais de 100 plantas com utilidade econômica potencial. Existe capacidade técnica instalada, nos órgãos de pesquisa da região amazônica, para transformar essa potencialidade em produtos para o mercado. Agregar valor aos produtos considerados "menores" da floresta (resinas, óleos, frutos, gomas, amêndoas, plantas medicinais), considerando os direitos de exploração sobre eles existentes, por parte de populações indígenas e regionais, pode significar um importante dinamizador da economia regional.

3. Independente de sua abrangência regional, as Reservas Extrativistas podem se constituir em unidades exemplares para projetos de manejo das florestas tropicais. Proposta visando o aumento do número de produtos extraídos da floresta, assim como o aumento da produtividade a níveis competitivos, mantendo o princípio do uso sustentado, pode se constituir em alternativa viável através das denominadas Ilhas de Alta Produtividade (Kageyama, 1991). Seriam áreas pequenas (1-2 ha) nas quais as culturas em extração, puras ou consorciadas, na forma de variedades melhoradas derivadas de populações locais, se constituiriam em uma continuação das populações naturais e poderiam influir no aumento de produtividade.

4. Também a contribuição das Reservas Extrativistas na conservação *in situ* de recursos genéticos vem sendo considerada por alguns autores. Eduardo Lleras, do Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN/EMBRAPA) considera essa modalidade de uso dos recursos como "reservatórios naturais de genes sob manejo limitado, e como tais, ... de grande interesse para conservação" (Leras, s/d). Também Kageyama, no artigo citado, considera que o uso não intensivo das florestas, com baixo nível de intervenção no ecossistema, existente nas Reservas Extrativistas, permite a compatibilização da exploração dos recursos florestais com a conservação dos recursos genéticos (Kageyama, 1991).

5. Medidas como as citadas, e outras, requerem uma alteração nos mecanismos institucionais que induzem ao desenvolvimento. Incentivos fiscais para atividades sustentáveis; mecanismos de financiamento para a industrialização de produtos oriundos das florestas tropicais ou da pequena produção; tecnologias que busquem a racionalização dos sistemas agro-industriais em termos de ocupação e meio ambiente; redirecionamento dos mercados para valorização de produtos de origem

sustentável, são sugestões que podem compor uma nova estratégia de desenvolvimento para a região amazônica.

Um pressuposto essencial para esse novo modelo de desenvolvimento é a inclusão no sistema de contas nacionais, do valor dos recursos naturais e da sua conservação, uma inversão de conceitos que poderá resultar da percepção do ambiente como capital. Tendo esses elementos como pressuposto, torna-se urgente e necessário que o Governo brasileiro transforme o potencial extrativo existente na região em um estoque de áreas para o uso sustentável e o desenvolvimento social.

II. ESQUEMA OPERACIONAL DO PROJETO.

O projeto aqui apresentado tem como objetivo principal ampliar o conceito de Reserva Extrativista para incluir, em sua análise, referências conceituais e metodológicas mais amplas e abrangentes, relacionadas com outras atividades econômicas, não somente as extrativistas e outras realidades regionais amazônicas, inclusive urbanas. A justificativa da importância dessa proposta está no documento em anexo.

O esquema operacional previsto para desenvolver o projeto tem as seguintes etapas:

1. Preparação de um documento inicial sobre o tema, mais abrangente do que os atualmente existentes, que permita uma primeira discussão conceitual e metodológica, a ser apresentado em Belém, em março de 92. (Responsabilidade do IEA).
2. Avaliação crítica da documentação sobre o potencial das Reservas Extrativistas, com base nas informações volumosas e únicas acumuladas pelo IEA e que precisam ser sistematizadas para indicar elementos importantes para o futuro. (Trabalho a ser financiado pela UNESCO).
3. Pesquisa participativa com as populações sobre as expectativas e a visão que têm das perspectivas de desenvolvimento para as Reservas Extrativistas. (Responsabilidade do IEA).
4. Elaboração de um documento definindo estratégias de eco-desenvolvimento para as duas reservas escolhidas como projeto piloto, as Reservas Extrativistas do Anapa e de Rondonia. (Responsabilidade do IEA).
5. Submissão desses documentos à avaliação de pesquisadores e administradores/promotores do desenvolvimento regional, nas diferentes regiões amazônicas, que concluiria em um seminário em 1992, com participação da UNAMAZ. (Apoio financeiro do Projeto PROAMAZONIA).
6. Organização, em 1993, de um curso para capacitação para administradores de RE com especialistas em matéria de gerenciamento de Reservas da Biosfera. (Responsabilidade da UNESCO).
7. Implementação das estratégias de ecodesenvolvimento.

8. Assessoria técnica permanente do Prof. Ignacy Sachs, inclusive na busca de recursos adicionais para a fase 7, que serão buscados pelo IEA. (Responsabilidade da UNESCO).